

1

PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU: SIGNIFICADOS E VALORES A PARTIR DOS DESAPROPRIADOS DA DÉCADA DE 1970.

Rudy Nick Vencatto

Mestrando – UNIOESTE

rudy_nick@hotmail.com

Certamente, muitas pessoas já ouviram falar nas Cataratas do Iguaçu, um dos atrativos turísticos mais divulgados na cidade de Foz do Iguaçu, extremo Oeste do estado do Paraná, divisa com a Argentina. Estas por sua vez, constituem parte do atual, Parque Nacional do Iguaçu - PNI, uma área verde tomada e divulgada como um espaço ausente da presença humana.

Chamo atenção, pois, o PNI analisado nesta pesquisa que desenvolvo junto ao programa de mestrado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, antes mesmo de ser pensado como um espaço de reserva natural protegida era, um espaço de significados e valores para muitas famílias. Porém, com o passar do tempo e com os debates ambientais em movimento, muitos grupos populacionais que viviam neste espaço foram desapropriados para a constituição desta área.

Nos dias de hoje, o PNI está localizado na região Oeste do Paraná a aproximadamente 700 km da capital Curitiba. Constituí um conjunto de terras transfronteiriças de áreas naturais protegidas,¹ englobando áreas de dois países, Argentina e Brasil. Assim, sua área perfaz um total de 2.528,825 km (252.882,5 ha), sendo 1.852,625 km (185.262,5 ha) no lado brasileiro e 676,20 km (67.620 ha) na área Argentina. (RICOBOM, 2001, p.3)

Cabe ressaltar que a discussão realizada neste trabalho, está centrada na desapropriação ocorrida no lado brasileiro, na década de 1970, sob a justificativa de preservação das áreas naturais. Desta forma, a análise de alguns movimentos institucionais que estimularam a criação do PNI e as transformações na legislação, tem como foco principal o Brasil.

¹ Arnaldo Eugenio Ricobom discute em sua dissertação de mestrado em Geografia, “O Parque Nacional do Iguaçu como Unidade de Conservação da Natureza no Âmbito do Mercosul: os Problemas Decorrentes da Degradação Ambiental”, questões que ns ajudam pensar o PNI como parte de relações não apenas nacionais mas sim, de internacionais, ajudando a pensar o influencia externa como agente motivadores de políticas ambientais.

2

Atualmente do lado brasileiro, parte do funcionamento do parque foi privatizado, e encontra-se sob responsabilidades da empresa Cataratas do Iguaçu S/A, constituída em 18 de janeiro de 1999. Segundo o IBAMA, a empresa tem como objetivo social a implantação, operação, administração, manutenção e aproveitamento econômico das áreas concedidas, de acordo com os contratos 01/98 e 02/98, pelo período de 15 anos. A área destinada à visitação pública, espaço concessionado à empresa, incluindo a área das Cataratas, abrange cerca de 3% do espaço total do Parque.

Todavia, o PNI tem sua história de formação, uma história que está imbricada em outras questões de temporalidades. Questões que atravessaram fronteiras nacionais, motivando e difundindo idéias de homem e natureza como coisas distintas. O PNI possui em seu processo de formação, muitos assuntos que não estão resolvidos, muitos embates que foram silenciados e que lentamente estão vindo à tona. Este artigo é um exemplo de tensões que, nas memórias de seus protagonistas, não querem calar.

Em 10 de janeiro de 1939, através do Decreto-Lei Nº 1.035, durante o governo de Getúlio Vargas, o estado brasileiro criou oficialmente o Parque Nacional do Iguaçu. Ao longo do tempo, sua extensão territorial foi passando por diversas modificações de tamanho, englobando questões de temporalidades, que culminaram no processo de expropriação de agricultores colonos na década de 1970. Um processo de desapropriação forçado, e que de alguma forma, foi silenciado pela memória social, assim como, encontra-se ausente nos debates historiográficos sobre a questão agrária e do próprio PNI. De onde vieram estas famílias? Como compraram suas terras naquele espaço tomado enquanto um parque nacional? Estas são algumas questões que lanço para iniciar a análise das memórias daqueles que vivenciaram a desapropriação.

Na década de 1960, muitas famílias provenientes dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, “motivadas” ou engendradas por projetos de “colonização privados”, como parte de um processo mais amplo de ocupação destas regiões de fronteira nacional, participaram da ocupação de áreas de terras nesta fronteira onde hoje se constitui o PNI. Estas áreas mais tarde passaram a ser reivindicadas pelo governo federal através de órgãos como o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, enquanto espaços constituintes da área total do PNI. Na década seguinte, 1970, a expropriação foi efetivada, constituindo um processo autoritário que retirou cerca de 457 famílias e às reassentou no município de São Miguel do Iguaçu, no projeto

3

denominado Projeto Integrado de Colonização PIC – OCOI. Este projeto ficou sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Sobre este projeto, em 1970, o INCRA, juntamente com o IBDF, firmaram um convênio que visava a preservação e destinação de áreas de parques nacionais. O convênio previa a transferência dos ocupantes das áreas dos “futuros parques” para outros locais sendo que, no caso do Oeste do Paraná, a área considerada prioritária foi a do atual Parque Nacional do Iguaçu. No ano de 1972, após concluírem os levantamentos e avaliação das benfeitorias, o INCRA constatou, na época, a existência de 457 famílias, com a seguinte distinção: “158 com títulos oriundos do Governo do Estado e 299 sem títulos de propriedades, sendo simples ocupantes, arrendatários, parceiros e empregados rurais; a área ocupada era de 12.000 ha com mais de 4.000 ha de culturas”. (PLANO DE MANEJO, 1981, p.11).

A maioria das famílias que vivenciaram este processo de ocupação do espaço do atual PNI, eram de pequenos proprietários ou arrendatários. Este processo de mudança constituiu-se numa travessia longa e demorada devido as condições de estradas, meios de transporte e condições climáticas. Situações que foram vividas de diferentes maneiras por estes sujeitos que rememoram este processo. É necessário destacar que nem todas estas famílias foram reassentadas neste projeto, tendo em vista que somente aquelas que possuíam escrituras puderam ter acesso a um novo pedaço de terra. Com relação às demais, em geral famílias que haviam se estabelecido em posses, ficaram a deriva como folhas jogadas ao vento.

Partindo da problemática da constituição do PNI, e dos debates que ao longo dos anos foram instituindo este espaço de proteção ambiental como uma área de parque, é interessante iniciar a análise a partir da narrativa destes sujeitos que “ocuparam/colonizaram” seu interior. A partir disso, é possível compreender que o PNI, tal como hoje é conhecido, não estava instituído da mesma forma no período em que estas famílias migraram e que a fixação destas pessoas, dentro do que mais tarde passou a ser reivindicado como área do parque, aconteceu pelo não conhecimento destas sobre este aspecto, e principalmente porque o espaço do então PNI, estava em processo de constituição.

Para lidar com este emaranhado de entrevistas ricas em significados, busquei principalmente em Alessandro Portelli um aporte teórico que fosse capaz de suprir esta

4

necessidade analítica. Assim, o primeiro passo importante foi buscar refletir não apenas às entrevistas isoladamente mas também, a entrevista no seu conjunto que se faz na relação entre entrevistado e entrevistador. Para isso em seu trabalho, *Forma e significado na História Oral* Portelli traz para esta análise alguns elementos reflexivos importantes. (PORTELLI, P.7-24.)

O primeiro ponto é entender a entrevista como uma troca de olhares onde tanto entrevistado, quanto entrevistador estão investigando e sendo investigados. Neste sentido a entrevista deve ser entendida como Portelli alerta, como uma experiência mútua ou, nas palavras do autor: “Uma entrevista é uma troca de dois sujeitos: literalmente uma visão mútua. Os dois sujeitos interagindo, não podem agir juntos a menos que alguma espécie de mutualidade seja estabelecida”. (PORTELLI, 1997. P.7-24.)

Lidar com fontes orais requer uma gama de cuidados assim como com qualquer documento, porém, devido a diversidade e possibilidade que as fontes orais proporcionam, muitas são as críticas que ainda perduram entre diversos pesquisadores das ciências humanas. Ainda em Portelli, *O que faz a história oral diferente*, as fontes orais têm em comum características autônomas e funções específicas que requerem instrumentos interpretativos diferentes e específicos. (PORTELLI, 1981. P.26)

Assim, para o autor, a História Oral conta mais sobre significados do que sobre eventos e as entrevistas neste sentido, revelam aspectos desconhecidos de eventos até mesmo conhecidos, mas que de certa forma, na frieza muitas vezes dos documentos escritos, não emergem com tanta força quanto na oralidade. Para Portelli, “Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez”. (PORTELLI, 1981. P.26). É importante destacar que esta memória reivindicada nas narrativas não é apenas um depósito de sentidos, é também um processo ativo de criação de significações.

De certa forma, para lidar com estas memórias narradas e buscar apreender a complexidade dos sentidos presentes que se ressignificam dentro de um espaço e tempo, não é uma tarefa simples nem tão pouco desprezada de falhas. Porém através de Raymond Williams, crítico literário, foi possível encontrar um universo de possibilidades que estimulam formas de olhar para estas fontes e apreender muitos significados ou a significação pretendida pelas memórias.

5

As práticas destes moradores provenientes do meio rural, bem como as narrativas que são construídas a partir delas, proporcionam perceber como este universo experimentado é ressignificado durante os processos de ocupação/colonização, desapropriação e mais tarde reassentamento, mantendo uma intensa inter-relação. As maneiras de se relacionar com os valores inerentes à terra, não são de todo apagadas em suas lembranças ou vidas cotidianas, e a terra neste caso, não possui uma característica apenas como mercadoria mas sim, como um espaço onde cria e recria outros sentidos.

Em Raymond Williams, além de encontrar um autor capaz de ajudar a refletir teórica e metodologicamente as questões que emergem nesta discussão, ele estimula a reflexão e o questionamento do próprio movimento que o pesquisador realiza. Em outras palavras, Williams antes de qualquer coisa, contribui neste trabalho nas formas como eu direciono olhares para meu objeto de pesquisa, estimulando questões como por exemplo: Qual é a estrutura de sentimentos que estou propondo pesquisar? Qual é o significado histórico e social de minha pesquisa? Como estou entendendo os conceitos e as formas que estes conceitos são utilizados? Perguntas que durante a pesquisa foram facilitando a maneira de olhar para as problemas que foram surgindo no espaço e tempo.

Penso neste momento no trabalho de Yara A. Khoury, *O historiador, as fontes orais e a escrita da História*, no qual a autora coloca que, enquanto historiadores, muitas vezes buscamos compreender em profundidade as relações sociais que se engendram nos diversos momentos, procurando desvendar as diferenças e a pluralidade sem perder de vista os antagonismos de interesses, sem perder as indagações do presente que nos impulsionam, traduzindo e explicitando a dimensão do social com um olhar político. Segundo Khoury, enquanto sujeitos históricos, na medida em que lidamos com estas experiências, processos sociais revividos na memória, vamos também refazendo nossa própria noção. Nas palavras da autora, “Lidamos com sujeitos não compartimentados, mas que se fazem socialmente, compartilhando experiências e memórias, moldando a realidade ao mesmo tempo em que são moldados por ela.” (KHOURY, 2006. P. 27).

Assim, inicio com a fala do senhor Anairo Ferreira, residente atualmente no distrito de Santa Cruz do Ocoí, no município de São Miguel do Iguacu. O senhor Anairo, migrou do Rio Grande do Sul para o Paraná na década de 1960, juntamente com

6

sua esposa, fazendo parte do processo de migração e colonização do espaço Oeste do Paraná, uma área de fronteira nacional com a Argentina. Na sua própria fala:

Eu sai de lá (aqui ele se refere ao estado Rio Grande do Sul) com 22 anos. Nós se casamos com 22 anos, dia 30 de Outubro de 1962. E daí, nós tava comprando essas terras aqui no Paraná que tinha um senhor que fazia caravana pra trazer o pessoal aqui pra comprar as terras. Era o Ernesto Zanuz que trazia o pessoal pra cá, ver as terras e vender pra quem fizesse negócio com eles né, que não era bem deles a terra. Eles tinha pegado pra revender, vender, sei lá. Era do doutor Coutinho e Miltom não sei do que. Eles tinha pego essas terras pra vender e que a escritura, era terra legal, daí o finado pai comprou deles essas terras. (Entrevista concedida pelo senhor Anairo Ferreira ao autor, em São Miguel do Iguaçu, em 12 de Fevereiro de 2009).

Ao olhar para esta narrativa de forma rápida, pode-se cair no engano de enquadrar esta história de vida como mais uma, simplesmente, no processo de migração de sulinos na ocupação do território Oeste do Paraná, motivados por projetos de colonização privados com intuito de ocupar a fronteira nacional e agrícola. Porém, na continuação desta fala é possível perceber de qual espaço esta entrevista se refere, assim como, de quais problemas que mais tarde ele, sua família e outras centenas de pessoas, passarão a vivenciar:

E depois com o tempo, fiquemos sabendo que era pra ser parque ali, não podia ficar lá dentro morando. Daí pra frente já começaram mexer e trabalhar pra tirar o povo de lá, tinha mais de 400 famílias lá dentro. Daí então foi que eles, o Inkra, comprou essa terra aqui do Santos Guilherme e daí o povo foi *removido* pra cá, no Ocoí né. (Entrevista concedida pelo senhor Anairo Ferreira ao autor, em São Miguel do Iguaçu, em 12 de Fevereiro de 2009)[grifo meu]

Esta narrativa traz à tona um processo de migração e ocupação da fronteira nacional que ocorreu no espaço que atualmente é denominado como Parque Nacional do Iguaçu, retirando do exílio estas experiências silenciadas na memória social e também nos debates historiográficos regionais. O senhor Anairo continua sua fala:

E daí eles andaram casa por casa comunicando, queriam ver as escrituras tudo. E o pessoal tudo tava revoltado né, ninguém aceitou, ninguém aceitou! E por fim, mandaram chamar esse senhor lá do Rio Grande que vendeu as terras pros colonos ali né e daí, eles vieram ali. Daí foram pra Foz do Iguaçu, pegaram as escrituras dos colonos e foram a Foz do Iguaçu e de lá foram pra Curitiba. Daí aquilo abafou por uns anos. Quando chegou em 1970 e poucos, 72 por aí, daí chegaram de peso encima dos colonos né. Aí já vieram, já tinham as propostas tudo com é que tinha que ser feito e fazer né, eles iam indenizar lá. Quem queria dinheiro da terra e sair podia pegar e comprar em outro lugar. Quem queria a terra eles

davam uma quantia de lá, davam aqui.[PIC-OCOÍ] (Entrevista concedida pelo senhor Anairo Ferreira ao autor, em São Miguel do Iguaçu, em 12 de Fevereiro de 2009).

Outra narrativa também ajuda a perceber estes embates vividos na década de 1970, e é possível apreender o quanto para estes agricultores, este espaço não era entendido como um parque, mas sim, como uma área de terra como as tantas outras que estavam sendo ocupadas por todo o Oeste do Paraná. Assim, utilizo a fala do senhor Alfredo Matte, nascido no Rio Grande do Sul e que ainda jovem migrou para o Paraná:

É, sobre o Rio Grande do Sul não dá pra falar muita coisa que era essas coisas mais antigas sabe, eu nasci lá e me criei num lugar até 21 anos. Daí em 64 nós viemos pro Paraná e o meu pai comprou terras ali na *colônia de Santo Alberto que na época era colonização nova né!* grifo meu] (Entrevista concedida pelo senhor Alfredo Matte ao autor em São Miguel do Iguaçu, em 28 de Fevereiro de 2009).

Gostaria de atentar o leitor para a frase em itálico. Se olhar com atenção, em nenhum momento apresenta, que, nesta experiência de migração, sua família e outros migrantes estavam cientes da peculiaridade do espaço ocupado. Para eles, e isso fica muito claro na narrativa, era apenas mais uma colônia ou assim como ele fala, uma colonização nova.

Mais a frente, durante a entrevista, em um dado momento quando questionado sobre a reação das pessoas no momento que passaram a receber a notícia que teriam de deixar suas terras, inicia falando sobre o fato de que muitos se revoltaram, pois não sabiam que aquilo era um parque:

É só que, a entrada no parque, isso nós estávamos, todo mundo tava desinformado. Porque ninguém não sabia que em 39, 40, foi decretado Parque Nacional, isso ninguém não sabia, porque na época informação era muito precária, era só o rádio, radio ou algum jornal, mas isso era notícia que eles não interessavam muito e também ninguém não, não interessava, isso aconteceu lá no Paraná, a mesma coisa de hoje acontecer lá no Amazonas. Decretar uma área de reserva ambiental, um Parque Nacional, isso ninguém não dá bola, e de repente, quando nós vimos, nós estávamos lá dentro, só que nós estávamos legalmente dentro, nós tínhamos comprado, pago, escriturado com registro e tudo. (Entrevista concedida pelo senhor Alfredo Matte ao autor em São Miguel do Iguaçu, em 28 de Fevereiro de 2009).

A revolta destas pessoas em relação à desapropriação que envolveu suas vidas durante a década de 1970, e o quanto isso foi algo difícil de aceitar, são sentimentos que

8

podem ser apreendidos nestas memórias narradas. Outro elemento que pode ser percebido é o fato do PNI não estar instituído como hoje é conhecido. Mas valor que emerge com maior força nesta memória é o sentimento de perda. Estas pessoas se vêem como vítimas do processo de constituição do parque, ao mesmo tempo em que participavam do processo mais amplo de ocupação da fronteira nacional e agrícola no Oeste do Paraná.

Outra entrevista que chama atenção é a do senhor Severino Berres, que traz algumas memórias do processo de ocupação desta terra, memórias que são capazes de fazer qualquer pessoa refletir sobre o ato de desapropriação. O senhor Severino migrou do Rio Grande do Sul para o Paraná em 1965 e ajudou a ocupar, juntamente com sua família, uma área de terra que, na década de 1970, passou a ser reivindicada como pertencente ao PNI.

Durante a nossa conversa, perguntei para o senhor Severino como foi sua chegada no Paraná. Tranquilamente começou a contar o processo vivido por ele e sua família, desde a saída do Rio Grande do Sul, até conseguirem levantar uma casa para poderem residir. Revelou a ajuda que receberam de outros que já estavam no lugar e de certa forma, mostrou uma memória marcada por laços de solidariedade que existiram neste início de ocupação.

Assim, nas palavras do senhor Severino, ele rememora:

Quando viemos morar aqui no Paraná não tinha nada aberto ainda. Nós fomos morar aqui em São Miguel do Iguazu porque, lá onde é que nós morava, não tinha estrada, era longe, não tinha estrada pra chegar na terra, aí nós ficamos aqui em São Miguel do Iguazu até maio 66. Daí nós fomos morar em 66, conseguimos entrar lá na terra. Nós entramos, começamos, também ainda não chegamos lá mas já via onde era a nossa terra, é aquele ali. Então no outro lugar ali, ajudamos o homem a construir uma casinha lá, o homem ia construir igual lá ele falou: vocês me ajudam a construir essa casinha ali aí vocês podem ficar até vocês conseguirem fazer a de vocês e construir a de vocês, então fizemos. Conseguimos construir aí que foi que derrubemos o mato, tiremos as toras, aí queimamos. Queimamos um alqueire, queimamos muito bem aquele mato, fizemos tudo as toras ali levamos pra serraria, vamos esperar e daí construímos nossa casinha. (Entrevista de Severino Berres, concedida ao autor em 29 de Janeiro de 2009).

Longe de querer sacralizar este relato como evidência de um processo de luta, fica difícil muitas vezes manter uma posição neutra. Se este processo narrado não marca uma luta, um período difícil na vida destas pessoas o que ele é? Sim, todavia ele representa mais do que isso, mas também seria complicado não trazer esta trajetória

9

como também um marco das lutas enfrentadas não apenas pelo senhor Severino, mas por centenas de famílias que vivenciaram experiências semelhantes na ocupação deste espaço Oeste do Paraná.

O senhor Severino encontra-se a partir do presente, olhando para o seu passado e durante o próprio momento da entrevista ele não está apenas narrando o que aconteceu. Está também, ressignificando, reivindicando e analisando a sua experiência de vida como ator social não só da ocupação do espaço do atual PNI, mas também, como agente que migrou para ocupar essa fronteira nacional e agrícola, um lugar que era tomado muitas vezes como vazio e selvagem.

É interessante observar a primeira frase “Quando viemos morar aqui no Paraná não tinha nada aberto.” É lógico que o depoente não está se referindo a todo o Paraná. Mas, enquanto sujeito que migra ainda jovem com sua família, o Paraná surge na memória do senhor Severino como aquele espaço o qual estavam vindo ocupar e neste caso, o fato de não haver estradas que adentrassem o atual PNI, traz na memória um espaço vazio de pessoas e selvagem ao mesmo tempo.

Apesar da ocupação/colonização das áreas do atual PNI estarem relacionadas com espaço que se baseavam na vida no campo, também formou-se nestes espaços, pequenas vilas, com comércio local, escolas, e igrejas. A vida nestes espaços não era apenas de trabalho no campo, existiram outros espaços de sociabilidade e outros espaços públicos, os quais estas pessoas de forma mútua ajudaram a construir, formando assim o que eles chamam no presente de “comunidades”.

Ainda através do senhor Severino, traz-se um pouco do processo que ele viveu para construção do clube e da igreja no interior do PNI, entre outros, em Santo Alberto. Assim:

Nós tinha um campo de futebol, nós tinha igreja aquela época, nós tinha um salão que tinha construído aquela época lá era, era, não sei o tamanho, não me lembro muito bem, mas era uns 15 metros de largura por 25 de comprimento e tudo construído por nós mesmo sabe, tudo com madeira. Se associava, dava uma tora ali e deixava a tora pronta, o caminhão vinha carregava e levava na cerraria. Então, o que que a cerraria fez, com essa madeira da igreja e do clube. Então o dono da cerraria falou o seguinte: eu vou fazer o seguinte, eu pego as tora a metade pra mim e a metade pra vocês, pra sociedade. Foi feito assim, daí não precisava pagar nada, ele pegava as tora cerrava e aí a sociedade ia pra pegar a madeira. (Entrevista de Severino Berres, concedida ao autor em 29 de Janeiro de 2009)

10

Antes de qualquer análise da fala, não dá para pensar neste processo sem levar em consideração uma forma de organização que se constituía pelas mãos dessas pessoas. Percebe-se que aos poucos o modo de vida que possuíam nos estados de onde migraram foi se recriando sob forma de espaços de sociabilidade que também davam sentidos e valores para a vida social, como por exemplo a igreja.

Chama-me atenção às relações e estratégias adotadas para construir estes espaços. Ocorre uma troca de favores entre estes agricultores e aqueles que possuíam meios de produção, neste caso, o dono da cerraria. Como não havia a possibilidade financeira suficiente para comprar madeira, estas pessoas, com o próprio trabalho, retiravam madeira de suas terras e doavam parte destas como forma de pagamento ao dono da cerraria que preparava a madeira para ser utilizada. Neste caso, a doação de madeira entra como pagamento na conformação dessa associação.

É interessante como este processo se apresenta vivo na memória do senhor Severino, onde muitas vezes durante a entrevista, pela riqueza de detalhes que surgiram, parecia estar falando de algo realizado a poucos dias atrás. Por último, mais uma vez a narrativa reivindica aquilo que construíram e que de certa forma perderam, ao falar: “tudo construído por nós mesmo”. Não se refere apenas à sua família, mas sim a uma vida em comunidade vivida e experimentada por diversas famílias que mais tarde passariam pela desapropriação.

Para encerrar, gostaria de citar aqui a fala do senhor Severino Berres, o qual, refere-se ao parque enquanto um espaço qualquer de terra que estava sendo comprado imbricado em todo o processo mais amplo de ocupação e colonização da fronteira. Quando questionado sobre o a área de terras que haviam comprado responde: “Não era verdade, porque Santo Alberto não era parque...”. Por mais que o PNI estivesse decretado desde a década de 1930, em sua existência, este estava mais presente em âmbito burocrático do que em algo materializado. Ou seja, o PNI ainda não estava instituído como hoje é entendido, estava em processo de constituição e engendrado no processo de constituição da própria legislação ambiental e ocupação da fronteira nacional.

Os embates que foram vividos na década de 1970, devido o processo de formação do PNI encontram-se vivos nas memórias destes sujeitos. O próprio PNI calcado na atualidade em valores ambientais de uma natureza selvagem intocada não

11

está totalmente regularizado. Ainda existem algumas áreas que não foram desapropriadas para sua total constituição, como é o caso de algumas ilhas no Rio Iguaçu onde ainda possuem moradores.

Nos dias de hoje, com os debates instituintes de valores ambientais no qual, o homem e a natureza são vistos como duas esferas quase separadas, esta expropriação para a criação de um parque, em termos morais e políticos talvez fosse muito bem aceita pela maioria da população. Todavia, no período pesquisado, estas pessoas não viam aquele espaço como uma área de proteção ambiental, mas sim, como um pedaço de terra que dava sentido e sobrevivência para suas vidas. Sua retirada foi um ato autoritário realizado pelo governo federal que modificou as vidas desses sujeitos, forçando-os a novos modos de viver noutro local.

Fonte escrita:

PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU – 1981.

Fontes orais:

Entrevista de Anairo, concedida ao autor em 12 de Fevereiro de 2009.

Entrevista de Alfredo Matte, concedida ao autor em 28 de Fevereiro de 2009.

Entrevista de Severino Berres, concedida ao autor em 29 de Janeiro de 2009.

Bibliografia:

BONASSA, Tânia L. *Estrada do Colono, ações e práticas discursivas na relação do homem com a natureza no Parque Nacional do Iguaçu*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Curitiba: UFPR, 2004.

BRITO, Maria Cecília Wey de. *Unidades de Conservação; Intenções e Resultados*. Dissertação de Mestrado em Ciência Ambiental defendida em 1995 na Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

BURIAN, Paulo Procópio. *Do estudo de impacto ambiental à avaliação ambiental estratégica – ambivalências do processo de licenciamento ambiental do setor elétrico*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Campinas: Unicamp, 2006.

DIAS, Edson dos Santos. *Desenvolvimento regional e conservação ambiental: a “Estrada do Colono” como via de (dês)integração do oeste-sudoeste paranaense*.

12

Presidente Prudente, 2006. 395 p. Orientador: Prof^a.Dr^a. Maria Encarnação Beltrão Sposito. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de São Paulo, 2006.

_____. *O Parque Nacional do Iguaçu e a Estrada do Colono no processo de ocupação do Oeste-Sudoeste paranaense*. Anais eletrônico do IV Congresso Internacional de História, UEM, Maringá, 2009. DOI: 10.4025/4CIH.PPHUEM.383.

KHOURY, Yara Aun. O historiador, as fontes orais e a escrita da História. In: *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d' Água, 2006. P.22-43.

LAVERDI, Robson. *Tempos Diversos: trajetórias itinerantes de vidas entrelaçadas. Trabalhadores no extremo oeste do Paraná*. Curitiba: Aos quatro ventos, 2005, 341p.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3 1989, p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC – SP (PONTIFÍCIA Universidade Católica de São Paulo)*. São Paulo, 1981. P. 25-39.

_____. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Puc-SP*. São Paulo – Brasil, 1997, p. 7-24.

_____. A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. In: *Tempos*, Rio de Janeiro, vol. 1 nº 2, 1996, p. 59-72.

SARLO, Beatriz. *Paisagens Imaginárias*. São Paulo: Edusp. 1997.

_____. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Cia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.